

Permanece a ameaça de estatização da medicina.

JORNAL DA TARDE 23 MAR 1980

Ao que tudo indica, caminha para uma solução satisfatória, negociada entre as partes, o que poderá acontecer já nesta semana, a divergência entre os hospitais particulares e o comando do setor estatal de saúde em São Paulo. Muitos hospitais particulares deixaram de atender os segurados do Inamps desde o dia seis de março, em protesto contra uma decisão do comando do Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), no Estado, de transferir todo o atendimento primário a esse pessoal para a rede hospitalar pública.

A rede privada era contra a medida determinada pelo secretário José Aristodemo Pinotti porque via nela mais um avanço no rumo da estatização da medicina no Brasil, projeto acalentado por uma parte da esquerda brasileira reunida no **Partido Sanitarista**, e em franco processo de execução. Era contra ainda porque muitos hospitais, importantes para a comunidade, perderiam uma de suas principais fontes de renda, o que poderia levá-los à falência.

E, nos dois casos, o maior prejudicado seria o contribuinte do Inamps, que deixaria de ser atendido pelo eficiente setor privado, responsável, por exemplo, por quase 80% de todo o atendimento de saúde prestado no Estado de São Paulo, e com uma qualidade muito superior à da rede pública.

Pelo acordo que está sendo costurado entre o Suds e a rede privada, o atendimento primário dos segurados do Inamps passará mesmo a ser feito, todo ele, pelos hospitais e centros de saúde oficiais. Em compensação, os hospitais particulares terão reajustados os preços que o Inamps paga pelos serviços de urgência e pelos atendimentos especializados que eles prestam, até o momento remunerados de forma absolutamente irrisória. Se esta não é a solução ideal — ideal, repetimos, seria que os segurados do Inamps tivessem toda a liberdade de escolha, em qualquer caso, entre os hospitais privados e os hospitais públicos; que o Inamps tivesse apenas um papel complementar no atendimento médico-hospitalar à população, inclusive no próprio interesse do Estado, que teria aliviados seus encargos financeiros —, ela é bem melhor do que o quadro que se delineava, que levaria, em pouco tempo, ao fim da medicina particular no Brasil.

Sob esse ponto de vista, pelo menos por enquanto, o fantasma da estatização da saúde no Brasil parece afastado. Vamos, aqui, dar um crédito de confiança ao secretário da Saúde de São Paulo, José Aristodemo Pinotti, que tem reiterado várias vezes — como o fez terça-feira passada, em artigo publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** — que essa não é a intenção de sua administração à frente da Secretaria e do Suds. Pinotti tem assegurado que não há nada contra o setor privado, que o seu propósito é melhorar o aproveitamento das verbas públicas e manter uma convivência harmônica entre as duas áreas.

"Não se trata de prejudicar a rede privada e tampouco de qualquer tentativa de estatização. Temos, repetidamente, demonstrado que somos contrários a qualquer situação extremista, seja de total privatização, seja de estatização, e que somos favoráveis ao equilíbrio entre ambos os extremos. A rede privada deve permanecer com os atendimentos ambulatoriais de maior complexidade, com grande parte dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e com a maior parte das internações" — escreveu o secretário paulista.

Mas, apesar da garantia dada pelo sr. Pinotti de que não há nada contra a empresa privada em sua secretaria, pelo menos de sua parte, as ameaças contra a medicina privada no Brasil permanecem. E partem de órgãos públicos como o que o ilustre médico dirige aqui em São Paulo, todos eles dominados por elementos de fé totalitária, agrupados no **Partido Sanitarista**.

Essa ameaça, agora, como já comentamos em um outro editorial recentemente, vem de um projeto de regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) criado pela nova Constituição, preparado pelo Núcleo de Estudos da Universidade de Brasília, com o apoio dos ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Planejamento. Se for levado ao Congresso Nacional e aprovado como está — o que não é difícil em face da capacidade de proselitismo e "convencimento" dos totalitários e o completo despreparo da imensa maioria de nossos parlamentares —, ele determinará, de fato, a estatização de todos os serviços médico-hospitalares no Brasil, decretando, inclusive, a extinção dessa verdadeira instituição nacional que é o médico com consultório particular e o médico de família.

Já na sua apresentação, autores da proposta, que já teve duas versões, não procuraram esconder suas verdadeiras intenções, ao dizer que a regulamentação não ficará restrita aos limites constitucionalmente determinados. Isso porque, apesar de todas as pressões da esquerda na Constituinte, a nova Carta Magna ainda preservou um espaço para a medicina privada no Sistema de Saúde brasileiro: "A assistência à saúde é livre à iniciativa privada" — determina o artigo 199 da Constituição. O projeto preparado pelo Partido Sanitarista quer eliminar essa "concessão" por meio de uma série de artifícios, todos eles denunciados pelo presidente da Associação Paulista de Medicina, dr. Nélson Guimarães Proenca, em artigo publicado terça-feira passada pelo **Jornal da Tarde**.

Para começar, a proposta coloca os serviços privados como parte integrante do sistema único, quando na Constituição o sistema único é constituído apenas pelo setor público. Com essa modificação visa-se aumentar o controle do Estado sobre a área privada. Um controle que deverá ser total segundo outros artigos do anteprojeto: ninguém poderá nem mesmo abrir um consultório privado, uma clínica, um laboratório, um hospital, sem autorização do Estado ou do município. Além do mais, a assistência à saúde deixa de ser aberta à iniciativa privada; só poderá ser exercida como complemento do SUS.

E o mais grave é que hospitais, clínicas e médicos privados que conseguirem sobreviver a todas essas exigências e controles ainda ficarão sujeitos, a qualquer momento, à intervenção estatal, "em caso de calamidade pública, perigo público eminente ou ameaça de paralisação de atividades de interesse da população". Em outras palavras: os médicos poderão ser convocados para trabalhar nos serviços públicos como os reservistas são convocados numa situação de guerra. Pelas trapalhadas — e tragédias — que o Estado brasileiro produz em tudo que se mete, não é difícil imaginar o que espera a população do país se a estatização da medicina for mesmo vitoriosa.

Por isso, baseados no que temos ouvido e lido do dr. Pinotti, é que esperamos que ele utilize a indiscutível liderança que tem no meio para ajudar na luta contra essa tragédia que o Partido Sanitarista está preparando para os brasileiros, em geral, e em primeiro lugar para o falido Estado nacional que não tem a menor condição de arcar com mais esse ônus financeiro.